

Seinfra Elétrica

Arlene Costa Nascimento
Secretária SeinfraElétrica

TCU TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Audiência Pública Câmara dos Deputados
REAJUSTES DOS PREÇOS DE ENERGIA
1/6/2022

TCU

Missão

Controlar a administração pública para contribuir com o seu aperfeiçoamento em benefício da sociedade

Visão

Ser reconhecido como instituição de excelência no Controle e no aperfeiçoamento da administração pública

Resultados

Contribuir para a melhoria da gestão e do Desempenho da Administração pública

Contribuir para a transparência da Administração pública

Coibir a ocorrência de Fraudes e desvios de Recursos

Condenar efetiva e tempestivamente os Responsáveis por Irregularidades e desvios

ENTENDA O TCU

- Colegiados
- Autoridades
- Secretarias gerais



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE ENERGIA ELÉTRICA

A SeinfraElétrica é responsável por fiscalizar a formulação e condução das políticas públicas, da regulação e das desestatizações do **setor elétrico** e do **setor nuclear**.



ÁREAS DE ATUAÇÃO



Políticas
Públicas e
Regulação



Obras



Desestatização



Gestão de
Empresas
Estatais

Fiscalizações recentes do TCU na temática

- Auditoria operacional sobre a política tarifária do setor elétrico brasileiro
- Representações acerca de reajuste tarifário de distribuidoras
 - Energisa MT (EMT)
 - Enel CE

Auditoria operacional sobre a política tarifária do setor elétrico brasileiro

Processo: **TC 014.282/2021-6**

Ministro-Relator do Processo: Benjamin Zymler

Objetivo

- Avaliar a **política tarifária** do setor elétrico, considerando em especial as ações voltadas para **modicidade tarifária**, sua sustentabilidade no longo prazo e a atuação das diversas entidades envolvidas

Não escopo

- Avaliação das diversas políticas públicas que afetam a tarifa
- Processos específicos de reajuste e revisão tarifária
- Análises do impacto tarifário da Crise Hídrica de 2021 e da capitalização da Eletrobras

Questões de auditoria

- 1) As iniciativas governamentais para a modicidade tarifária são estruturadas, formalizadas, institucionalizadas e articuladas?
- 2) Como as tarifas aplicadas no Brasil se apresentam frente a valores internacionais e às necessidades internas brasileiras e quais as perspectivas quanto à sustentabilidade no longo prazo?
- 3) Quais fatores explicam o patamar atual do valor das tarifas e as dificuldades para reduzi-las?
- 4) As iniciativas governamentais são adequadamente **monitoradas e avaliadas**?

Achado

As iniciativas governamentais para modicidade tarifária não são devidamente estruturadas, formalizadas e institucionalizadas

- Carência de **diretrizes, princípios e objetivos** claramente definidos
- As ações para modicidade tarifária carecem de **planejamento estruturado**
- Não há **projeções para o valor das tarifas no curto, médio e longo prazo**, assim como de levantamento de **fatores que possam prejudicar a modicidade tarifária**

Adoção de medidas paliativas para alívio tarifário no curto prazo sem critérios prévios

- Soluções de questões estruturais são postergadas
- Histórico de medidas paliativas (diferimentos de reajustes, utilização de recursos de P&D, antecipação da renovação de concessões...)
- Exemplo de 2021: o reajuste médio estimado seria de 18%
 - Meta informal de 10%
 - R\$ 18 bilhões em medidas paliativas, que postergaram aumentos
- Para 2022, há previsão de reajuste médio de 21%
- Carência de critérios e de análises de impactos futuros para definição das medidas paliativas

Carência de monitoramento e avaliação

- Exemplos: MPs 579, 688 e 988
 - Carência de análise das alterações ocorridas no legislativo, impactos tarifários e dos resultados obtidos
- Prejuízo ao aprimoramento das ações voltadas a modicidade tarifária
- Ausência de diretrizes, indicadores e metas prejudica o acompanhamento da política tarifária

Conclusão

- Ausência de política tarifária institucionalizada e estruturada
- Falta uma política eficaz para otimizar as tarifas, o que tem levado a sucessiva medidas excepcionais por órgãos como a Aneel e o MME, mas que têm um efeito apenas paliativo
- O cenário indica tendência de insustentabilidade e de maior pressão sobre a modicidade tarifária no médio e longo prazo, caso nada seja feito

Proposta de encaminhamento

- Que o CNPE estabeleça diretrizes e objetivos para a política tarifária;
- Que o MME elabore plano estruturado para modicidade tarifária do setor elétrico contemplando:
 - indicadores de desempenho para o monitoramento das tarifas, que considere o comprometimento dos orçamentos familiares e o impacto na competitividade da indústria
 - elaboração de estudos técnicos a respeito das causas do patamar das tarifas
 - definição de estratégias de atuação sobre os fatores causais que oferecem oportunidade de mitigação e gerenciamento dos problemas que contribuem para o elevado patamar das tarifas
 - definição de critérios e premissas para nortear novos empréstimos em nome dos consumidores;
 - programa sistematizado de monitoramento e avaliação da política tarifária.

Representações acerca de reajuste tarifário de distribuidoras

Energisa MT (EMT)

Enel CE

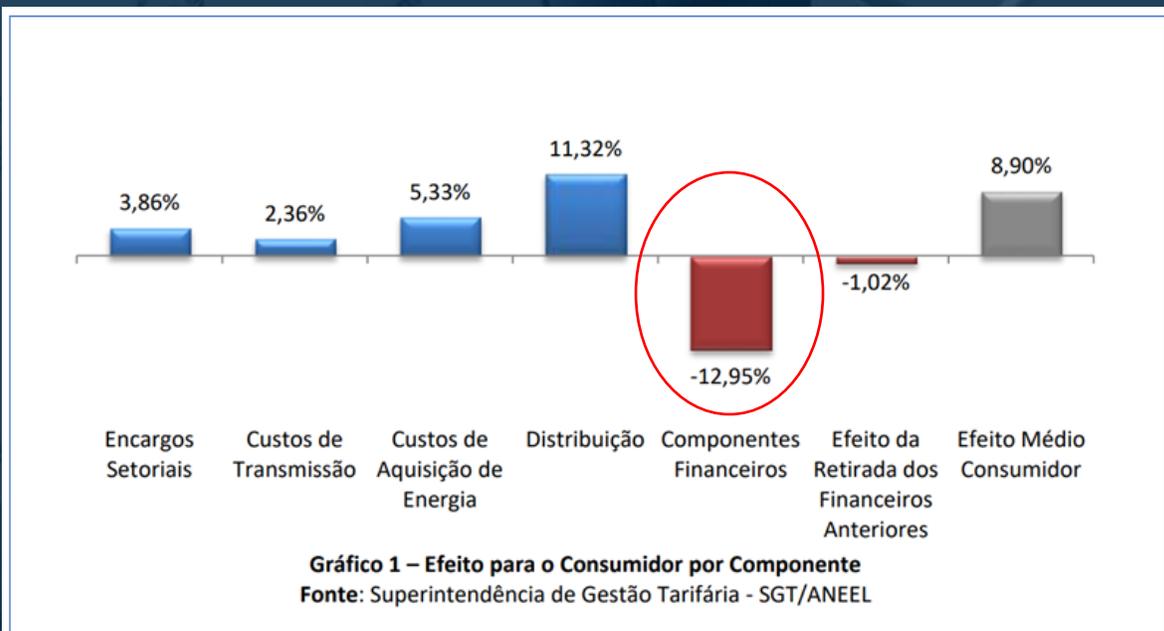
Processo:

TC 008.619/2022-0

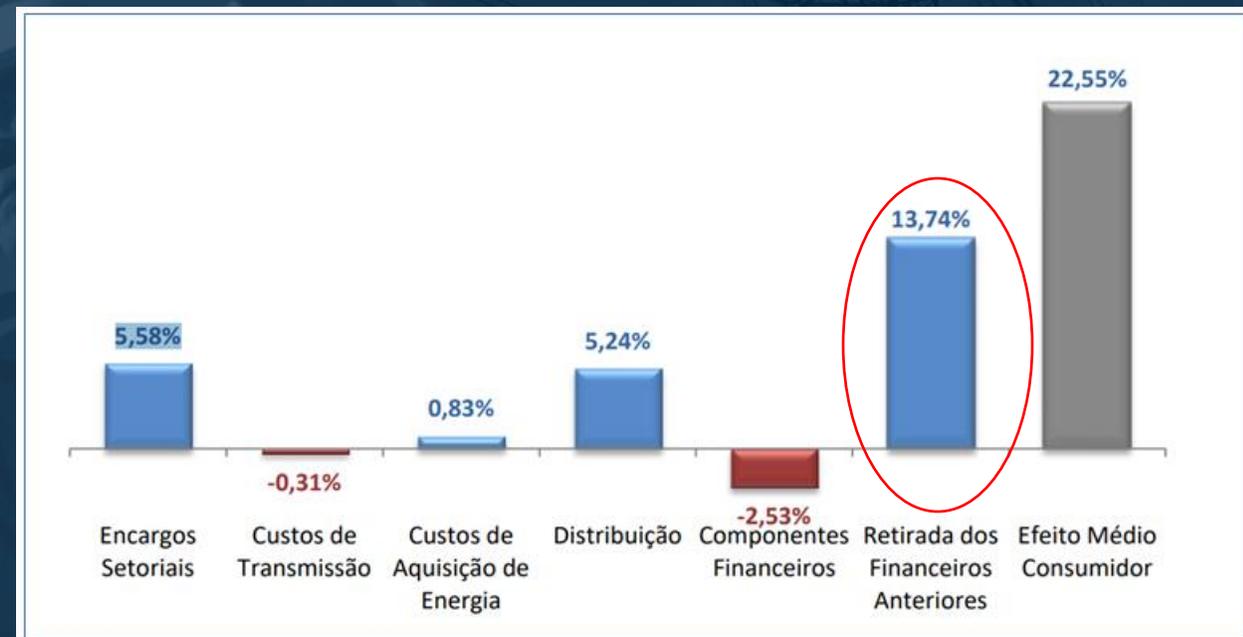
TC 009.248/2022-6

Ministro-Relator do Processo: Benjamin Zymler

Componentes do reajuste tarifário 2021 e 2022 da concessionária EMT



Reajuste médio para o consumidor da EMT em 2021.
 Fonte: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/reh20212856ti.pdf>



Reajuste médio para o consumidor da EMT em 2022.
 Fonte: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/reh20223022ti.pdf>

Seinfra Elétrica

seinfraeletrica@tcu.gov.br

Tel.: (61) 3527-5949

Achado (questão exploratória)

Principais causas para o patamar elevado das tarifas

Causa	Impacto/Efeito estimado
Tributos e encargos	R\$ 79 bilhões/ano
Pagamento de indenização de ativos de transmissão	R\$ 72 bilhões (decorrentes da MP 579/2013, parcelados até 2028)
Repasse do risco hidrológico ao consumidor em decorrência da MP 688/2015	R\$ 70 bilhões acumulados (até julho de 2021), variando entre R\$ 4,2 bilhões em 2016 (ano com menor valor repassado) e R\$ 17,9 bilhões em 2017 (ano com maior valor repassado, com a ressalva de que não havia dados completos para 2021 durante a execução da auditoria)
Não realização de leilões em 2012 em decorrência da renovação das concessões próximas do vencimento	Exposição involuntária das distribuidoras no mercado de curto prazo e necessidade de assunção de empréstimo (Conta-ACR) de R\$ 21 bilhões para cobrir os gastos extras em virtude de crise hídrica que elevou o preço de curto prazo
Aumento do custo da energia da UHE Itaipu (variação cambial)	R\$ 21 bilhões acumulados (período 2014-2019)
Criação da Conta-Covid	Postergação de R\$ 14,8 bilhões de aumentos tarifários em 2020
Aumento de subsídios tarifários	Elevação da tarifa em virtude da concessão de benefícios a grupos específicos
Redução do mercado consumidor regulado	Aumento da tarifa em virtude de maiores subsídios cobertos pela CDE às fontes incentivadas e maior risco ao consumidor cativo em virtude da sobrecontratação das distribuidoras
Garantias físicas superdimensionadas e contratação de energia de reserva	Não há estimativa do impacto total